



Simulado de Direito Processual Penal
(VUNESP/PC-SP/2014)

01) Em se tratando de processo penal, assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, uma fonte direta e uma fonte indireta.

- A) Costume e lei.
- B) Costume e jurisprudência.
- C) Doutrina e jurisprudência.
- D) Princípios gerais do direito e doutrina.
- E) Lei e costume.

Comentário:

Conceito
Direito Processual Penal é o conjunto de atos cronologicamente concatenados (procedimentos), submetido a princípios e regras jurídicas destinadas a compor as lides de caráter penal. Sua finalidade é, assim, a aplicação do direito penal objetivo.
- O Direito Processual Penal é dividido em duas finalidades: * Imediata ou direta: Aplicação, em concreto, da Lei penal. Estado faz valer o Jus Puniendi. * Mediata ou indireta: Restauração da ordem violada pela prática do delito, por meio da aplicação da lei penal.
Fontes
As fontes se dividem em:
* Material: É o órgão, ente, entidade ou instituição responsável pela produção da norma processual penal. * Formais: Forma que a norma é lançada no mundo jurídico. Podem ser Imediatas ou diretas (CF/88, Leis, Tratados e convenções internacionais) e mediatas ou indiretas (Costumes, analogia e princípios gerais do Direito).

Gabarito: Letra E.

(CESPE/PC-GO/2016)

02) A atividade investigatória de crimes não é exclusiva da polícia judiciária, podendo ser eventualmente presidida por outras autoridades, conforme dispuser a lei especial.

Comentário:

CPP/41, Art. 4º A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.

Parágrafo único. A competência definida neste artigo não excluirá a de autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função.

Gabarito: Correto.

(CESPE/PC-PE/2016)

03) Em consonância com o dispositivo constitucional que trata da vedação ao anonimato, é vedada a instauração de inquérito policial com base unicamente em denúncia anônima, salvo quando constituírem, elas próprias, o corpo de delito.

Comentário:

STF/HC 100.042
As autoridades públicas não podem iniciar qualquer medida de persecução (penal ou disciplinar), apoiando-se, unicamente, para tal fim, em peças apócrifas ou em escritos anônimos. É por essa razão que o escrito anônimo não autoriza, desde que isoladamente considerado, a imediata instauração de 'persecutio criminis'.
Peças apócrifas não podem ser formalmente incorporadas a procedimentos instaurados pelo Estado, salvo quando forem produzidas pelo acusado ou, ainda, quando constituírem, elas próprias, o corpo de delito (como sucede com bilhetes de resgate no crime de extorsão mediante sequestro, ou como ocorre com cartas que evidenciem a prática de crimes contra a honra, ou que corporifiquem o delito de ameaça ou que materializem o 'crimen falsi' (crimes de falsidades).

Gabarito: Correto.

(FCC/DPE-RR/2015)

04) No tocante à ação penal de iniciativa pública condicionada:

O prazo de seis meses para o oferecimento da representação é contado, em regra, do dia em que se consumou o delito.



Comentário:

CPP/41, Art. 38. **Salvo** disposição em contrário, o **ofendido**, ou **seu representante legal**, **decairá** no direito de **queixa ou de representação**, se **não** o **exercer** dentro do prazo de **seis meses**, contado do **dia em que vier a saber quem é o autor do crime**, ou, no caso do art. 29, do **dia em que se esgotar** o prazo para o **oferecimento** da denúncia.

Gabarito: Errado.

(CESPE/PC-PE/2016)

05) A respeito da confissão, julgue o item.

Será qualificada quando o réu admitir a prática do crime e delatar um outro comparsa.

Comentário:

Confissão Qualificada: Ocorre quando são citados novos elementos do fato para a exclusão da responsabilidade penal.

Confissão Delatória: Confissão que feita pelo réu apontando coautores ou partícipes do delito cometido ou conexo.

Confissão Simples: Ocorre quando o réu faz a confissão de um dos delitos contra ele.

Confissão Complexa: Confissão do réu de todos os crimes cometidos por ele.

Gabarito: Errado.

(FCC/SEGEF-MA/2016)

06) Em tema de ação penal privada, correto afirmar que o perdão do ofendido independe de aceitação.

Comentário:

Perdão
- É um ato bilateral ;
- CPP/41, Art. 51. O perdão concedido a um dos querelados (autor do crime) aproveitará a todos, sem que produza , todavia, efeito em relação ao que o recusar .
- CPP/41, Art. 58. Concedido o perdão, mediante declaração expressa nos autos, o querelado será intimado a dizer, dentro de três dias , se o aceita , devendo, ao mesmo tempo , ser cientificado de que o seu silêncio importará aceitação .
Parágrafo único. Aceito o perdão , o juiz julgará extinta a punibilidade .
- O perdão apresentado a um dos criminosos se estende a todos ;
- O perdão pode ser expresso ou tácito ;
- Sendo expresso , deve ser através da manifestação expressa do querelante perdoando o querelado;
- Sendo tácito , ocorre a partir de um ato incompatível de processar o autor do crime;
- O perdão pode ser Judicial (ocorre dentro do processo) ou Extrajudicial (acontece fora do processo) ;
- O perdão pode ser aceito pessoalmente ou por procurador com poderes especiais ;

Gabarito: Errado.

(CESPE/PC-GO/2016)

07) A situação em que um indivíduo é preso em flagrante delito por ser surpreendido logo após cometer um homicídio caracteriza um flagrante próprio.

Comentário:

Flagrante Próprio
- É a pessoa que está cometendo o fato criminoso ou acaba de cometer ;
- CPP/41, Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem: I - está cometendo a infração penal ; II - acaba de cometê-la ;
Flagrante Impróprio
- É a perseguição do indivíduo em situação que faça presumir ser autor da infração ;
- CPP/41, Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem: III - é perseguido , logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa , em situação que faça presumir ser autor da infração ;
Flagrante Presumido ou Ficto ou Assimilado
- Mesmas características do Flagrante impróprio, porém sem perseguição .
- CPP/41, Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem:



IV - é encontrado, **logo depois**, com **instrumentos, armas, objetos ou papéis** que façam **presumir** ser ele autor da infração.

Gabarito: Correto.

(FCC/DPE-AP/2018)

08) A citação será pessoal sempre que o réu estiver preso.

Comentário:

CPP/41, Art. 360. Se o réu estiver **preso**, será **pessoalmente citado**.

Gabarito: Correto.

(INSTITUTO AOCP/PC-ES/2019)

09) Dar-se-á a formação completa do processo quando citado o acusado.

Comentário:

CPP/41, Art. 363. O **processo** terá **completada a sua formação** quando realizada a **citação do acusado**.

Processo
- É uma seqüência ordenada de atos que se encadeiam numa sucessão lógica e com o fim de possibilitar, ao juiz , o juízo . ¹
- É uma série sucessiva de atos coordenados para um fim determinado voltado para a atividade jurisdicional .
- O Processo penal pode ter início pela iniciativa do M.P , nas ações penais públicas ou por iniciativa do ofendido , nas ações penais privadas ;
Procedimento
- É o rito utilizado no processo .
- É uma atividade administrativa que se desenvolve através de uma série de atos .
Fonte ¹ : TORNAGHI, Hélio. A relação processual penal. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1987, p. 1

Gabarito: Correto.

(FGV/TJ-AL/2018)

10) A nulidade, sempre que gerar prejuízo, poderá ser arguida por qualquer das partes, ainda que tenha sido aquela que a arguiu a dar causa ao ato nulo.

Comentário:

CPP/41, Art. 565. **Nenhuma das partes poderá argüir nulidade a que haja dado causa**, ou para que tenha **concorrido**, ou referente à **formalidade** cuja observância **só à parte contrária interesse**.

Gabarito: Errado.